MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.
Companhia Aberta – Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/001-40 – NIRE 43300031161
Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)
Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3

Manual para Participação de Acionistas

Proposta da Administração

Assembleia Geral

Ordinária

Realização:

16 de abril de 2015 às 14 horas

S u m á r i o

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores
2. Proposta da Administração
3. Informações Gerais sobre Assembleia Geral
3.1 – Assembleia Geral Ordinária – AGO
4. Orientações para Participação nas Assembleias Gerais
4.1 – Acionistas
4.2 – Procuradores
5. Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação
6. Informações Complementares sobre as Matérias a serem Apreciadas na Assembleia Geral Ordinária, de 16 de abril de 2015, 14h00min
6.1 – Assembleia Geral Ordinária – AGO
Anexo I - Relatório Anual dos Administradores com Declaração da Diretoria Relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria
Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes - Michelon & Puerari Auditores e Consultores SS
Anexo III - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Anexo IV - Parecer do Conselho Fiscal
Anexo V - Destinação do Lucro Líquido
Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia
Anexo VII- Currículos dos Candidatos Indicados para Administradores e as Informações Indicadas nos Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência
Anexo VIII - Informações sobre a Remuneração dos Administradores

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores

Lajeado (RS), 13 de março de 2015.

Prezados Acionistas da Minupar Participações S/A.

É com satisfação que apresentamos o "Manual para Participação de Acionistas" em Assembleias Gerais da Companhia, contendo todas as informações a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 16 de abril de 2015 às 14h00min, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto.

Aproveitamos o ensejo para convidá-los para participarem da referida Assembleia Geral, a qual será realizada na sede da Companhia, localizada na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS).

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia e estão descritos no Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS); jornal O Informativo do Vale (Lajeado-RS) e jornal Valor Econômico (São Paulo-SP), edição nacional e estão disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

O Manual em referência apresenta, de forma clara e objetiva, informações adicionais à Assembleia Geral, possibilitando aos Senhores participarem de questões relevantes para a Companhia, a qual vem atuando de modo a aprimorar suas práticas de Governança Corporativa.

Desde já colocamo-nos à disposição para informações adicionais a respeito do assunto em foco.

Cordialmente.

Marcelo Tozzo Alfredo
Presidente do Conselho de Administração

Daniel Heberle
Diretor de Relações com Investidores

2. Proposta da Administração

O Conselho de Administração da Minupar Participações S/A, vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes proposta, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 16 de abril de 2015:

1- Aprovar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório da Auditoria Externa, e demais atos e documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2014, enviados à CVM e BM&FBOVESPA no dia 13 de março de 2015. (ANEXO I a IV)

2 - Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração - Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros, podendo ser reeleitos. (ANEXO VII)

3 - Fixar a Remuneração Global dos Administradores - Fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2015, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), cabendo ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores. (ANEXO VIII)

4 – Não haverá deliberação sobre destinação do Lucro Líquido e distribuição de dividendos em virtude da Companhia ter registrado prejuízo, conforme disposto no Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481.

É o que o Conselho de Administração tem a propor e espera seja analisado e aprovado pelos Senhores acionistas.

Lajeado, 06 de março de 2015.

Conselho de Administração

3. Informações Gerais Sobre Assembleia Geral Ordinária

As matérias relativas às Assembleias Gerais estão regulamentadas nos Arts. 121 a 137 da Lei 6404/76 e nos Arts. 15 a 17 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das Assembleias Gerais é realizada mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora de realização, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. A primeira convocação é realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e a segunda convocação com 8 (oito) dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Social com direito a voto e em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

As Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por acionista indicado pelos presentes ou, na falta do Presidente do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os acionistas presentes.

3.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO

De acordo com a legislação vigente, as Sociedades por Ações devem realizar a Assembleia Geral Ordinária no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.
Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, conforme determinado pela legislação vigente, serão disponibilizados aos acionistas: (i) Relatório Anual dos Administradores; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia; (iv) Parecer dos Auditores Independentes; (v) Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado e (vi) Comunicação de que os documentos da administração estão disponíveis, nos termos do disposto no art. 133 da Lei 6404/76.

b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.
Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, será disponibilizada aos acionistas a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos da Lei 6404/76 e da Instrução CVM 481/2009.

c) Eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso.
Quando a AGO for convocada para eleger administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, até a data de publicação do primeiro anúncio de convocação, serão disponibilizados aos acionistas as informações exigidas pela legislação, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Poderão ser eleitas para os órgãos de administração, pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presenças", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

Observadas as condições previstas nos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei 6404/76, é facultado aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração.

A legislação dispõe que as sociedades por ações terão um Conselho Fiscal e o Estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a próxima AGO.

De acordo com a Lei 6404/76 e Estatuto Social, a instalação do Conselho Fiscal pode ser requerida por acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. No entanto a CVM, através da Instrução CVM 324, de 19/12/2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia o Conselho Fiscal poderá ser instalado, por solicitação de acionistas que representarem, no mínimo, 4% (quatro por cento) das ações ordinárias, com direito a voto.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador em empresa ou Conselho Fiscal.

Conforme previsto no art. 18, § 1º do Estatuto Social, cabe ainda à Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A verba sendo votada de forma global caberá ao Conselho de Administração a sua individualização.

4. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária

4.1 Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral, comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto a respeito das matérias a serem votadas.

Para participar e votar na referida Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte:

(i) Apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante.

(ii) Os acionistas pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as Assembleias Gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome, nacionalidade, residência, e a quantidade de ações de que forem titulares.

4.2 Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das Assembleias Gerais.

Conforme faculta o Art. 17 do Estatuto Social, visando dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das Assembleias Gerais, a comprovação de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério da administração, ser solicitados para que sejam depositados com antecedência de, pelo menos, 48 horas antes da previsão de realização das Assembleias Gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço dri@minupar.com.br.

O endereço da sede da Companhia para o envio dos documentos é:
Minupar Participações S/A. – Relações com Investidores
Av. Senador Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro: São Cristóvão
CEP 95900-000 – LAJEADO (RS)

5. Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação

O Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária, de que trata o Art. 124 da Lei 6404/76, a ser realizada no dia 16 de abril de 2015, publicado nas edições de 13, 16 e 17 de março de 2015, nos jornais "O Informativo do Vale", (Lajeado-RS), "Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno Indústria e Comércio" (Porto Alegre-RS) e no "Valor Econômico" (São Paulo-SP), edição Nacional. Tendo em vista que a Companhia publicará as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos com no mínimo 1 (um) mês de antecedência da data marcada para realização da assembleia geral ordinário (AGO), publicar-se-á o Aviso aos Acionistas somente no jornal "Valor Econômico" (São Paulo-SP), edição Nacional, nas edições de 13, 16 e 17 de março de 2015, consoante ao § 5º do art. 133 da Lei 6404/76.

A V I S O

Comunicamos aos acionistas que se encontram à sua disposição, em nossa sede social, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS), os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convidamos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral, no dia 16 de abril de 2015, às 14h00min, na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), a fim de: **(a)** Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2014; **(b)** Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração e **(c)** Fixar a remuneração global dos administradores.

Instruções Gerais:

(i) A Companhia informa que não haverá distribuição de dividendos em virtude dos prejuízos apresentados.

(ii) Para participar e votar na Assembleia os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão observar as disposições previstas no Art. 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Conforme faculta o disposto no art. 17 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar a procuração na sede da Companhia, com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia.

(iii) É facultado aos acionistas detentores de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, conforme disposto no Art. 141 da Lei 6.404/76 e na Instrução Normativa CVM nº 165/91 alterada pela nº 282/98. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral.

(iv) Informações complementares sobre as matérias a serem tratadas em Assembleia, encontram-se disponíveis no site da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&F Bovespa, www.bmfbovespa.com.br.

Lajeado (RS), 09 de março de 2015.

MARCELO TOZZO ALFREDO - Presidente do Conselho de Administração

6. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2015.

Todos os documentos relativos à Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

6.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO

(a) Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2014.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Michelon & Puerari Auditores e Consultores SS, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração, que as consideraram em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos foram disponibilizados aos acionistas no dia 13 de março de 2015 através das publicações nos jornais "Informativo do Vale" (Lajeado-RS); Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno Indústria e Comércio (Porto Alegre-RS), bem como no site da Companhia www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&F Bovespa, www.bmfbovespa.com.br.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia está disponibilizando os comentários dos administradores, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

(b) Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração.
Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros. O mandato dos conselheiros é de 1 (um) ano, podendo serem reeleitos.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presenças", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98 estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

(c) Fixar a Remuneração Global dos Administradores.
De acordo com a determinação da Lei 6404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2015, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Cabe ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores.

Anexo I – Relatório Anual dos Administradores – 2014, com Declaração da Diretoria relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas e Relatório da Auditoria.

Anexo II – Parecer dos Auditores Independentes – Michelon & Puerari Auditores e Consultores SS

Anexo III – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

Anexo V – Destinação do Lucro Líquido

Anexo VI – Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

Anexo VII – Currículo dos Candidatos a membros do Conselho de Administração e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

Anexo VIII – Informações sobre a Remuneração dos Administradores

Anexo I - Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2014. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

O faturamento líquido consolidado da Companhia atingiu R$ 187,2 milhões. Comparado ao ano de 2013, apresentou uma redução de R$ 37,9 milhões. Essa redução está relacionada principalmente ao encerramento, pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros.

No âmbito estratégico, a Companhia através de sua controlada indireta, teve seu foco voltado a geração de caixa para composição e liquidação de acordos com fornecedores remanescentes dos anos de 2012 e 2013, e na busca de soluções dos passivos tributários, e sua adequação à capacidade de geração de caixa da Companhia Minuano. No ano de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram com parte de seus passivos tributários federais ao parcelamento instituído pela Lei 12996/2014 no montante aproximado de R$ 77 milhões. Tal movimento exigiu pagamentos da ordem de R$ 10,9 milhões, conforme dispositivos da própria Lei. Os benefícios advindos dessa adesão estão registrados no resultado do exercício e seus impactos foram abordados nas notas explicativas constantes das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações a seguir foram embasadas: a) nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e b) em resultados, informações e relatórios internos da Companhia e de suas controladas.

Desempenho Operacional Consolidado

Controlada Companhia Minuano de Alimentos.

	Mercado Interno		Mercado Externo		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Produção						
Aves abatidas (cabeças-mil)	53.155	57.987			53.155	57.987
Industrializados de Carnes (ton)	5.710	5.305	9.870	8.661	15.580	13.966
Carne de Aves (ton)	1.029	1.691	4.661	20.836	5.690	22.527
CMS e Farinhas (ton)	1.196	2.068	2.410	3.224	3.606	5.292
Produção Rações (ton)	220.668	249.089			220.668	249.089
Produção Pintos (un-mil)	57.998	56.327			57.998	56.327
Receita Bruta – R$ mil						
Industrializados de Carnes	27.495	20.009	36.127	30.467	63.621	50.476
Abate/Industrialização Aves	126.233	110.101	7.418	77.032	133.651	187.133
CMS e Farinhas	273	2.929	2.530	2.885	2.803	5.814
Outros Faturamentos	55	3.012			55	3.012
Total Receita Bruta – R$ mil	**154.056**	**136.051**	**46.074**	**110.384**	**200.130**	**246.435**
Total Receita Líquida – R$ mil	**142.697**	**121.871**	**44.473**	**103.225**	**187.170**	**225.096**

A Receita Líquida obtida no ano de 2014 sofreu uma redução de 16,8%, quando comparada ao ano de 2013. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R$ 187,2 milhões, sendo que no ano de 2013, este valor fora de R$ 225,1 milhões. Esta redução, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada ao encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização, principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros

As despesas com vendas representam 5,2% sobre a receita líquida (em 2013, 9,0%), essa redução está relacionada à redução da comercialização da linha de carne de aves in natura nos mercados interno e externo.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2014 em R$ 0,3 milhões em relação ao mesmo período de 2013, passando de R$ 7,8 milhões em 2013 para R$ 7,5 milhões, equivalentes a 3,5% e 4,0% respectivamente, da receita operacional líquida.

EBITDA

O EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2014 e 2013 foi respectivamente, de R$ 30,3 milhões ou 16,2% da receita líquida e R$ 20,7 milhões ou 9,2% da receita líquida, representando uma melhora de 7,0p.p. em 2014. A melhoria de performance está relacionada principalmente a: a) redução do volume de carne de aves pelo encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS) e que gerava resultados negativos para a Companhia. Essa unidade industrial passou a prestar serviços de abate e industrialização de carne de aves para terceiros, contribuindo então, na geração de caixa, e, b) redução das despesas administrativas e comerciais, conforme exposto no comentário do desempenho operacional consolidado deste relatório.

Perspectivas
A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas de recomposição para solução seus passivos tributários.

Recursos Humanos
O quadro de funcionários passou de 2.796 em dezembro de 2013 para 2.965 em dezembro de 2014. Esse aumento está relacionado principalmente a necessidade de composição de quadro em função da implementação das pausas relacionadas a NR36, que foram instituídas no decorrer do ano de 2014, sem que houvesse comprometimento de volumes de produção.

Mercado de Capitais
O capital social da Companhia é composto por 710.010.000 ações, representando R$ 120,1 milhões. No transcorrer do ano de 2014, as ações da Companhia estiveram presentes em 9.868 negociações realizadas pela Bovespa, totalizando R$ 16,2 milhões.

Relacionamento com os Auditores Externos
Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer dos exercícios de 2014 e 2013 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

Declaração da Administração
Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos
Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 30 de janeiro de 2015.

A Administração.

Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho e Acionistas da
MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.
Lajeado - RS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.,** identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R$ 33.617 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990 nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2014 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais

A controlada Companhia Minuano de Alimentos elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de

auditoria independente separado, com data de 30 de janeiro de 2015, contendo as mesmas ênfases relativas ao consolidado, exceto quanto à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial.

Porto Alegre (RS), 30 de janeiro de 2015.

MICHELON & PUERARI AUDITORES E CONSULTORES SS
CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelon
CRC/RS 052365/O-8
Sócio Responsável

Anexo III - Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (em milhares de reais)

A T I V O

	Notas	CONTROLADORA 2014	CONTROLADORA 2013	CONSOLIDADO 2014	CONSOLIDADO 2013
CIRCULANTE		**9.139**	**16.193**	**31.303**	**65.001**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1	1	278	477
Clientes	5	-	-	18.695	23.853
Estoques	6	-	-	3.815	7.367
Adiantamentos a Fornecedores		-	-	498	4.028
Impostos a Recuperar	7	-	-	5.147	8.364
Partes Relacionadas	15	9.138	16.192	-	16.192
Outras Contas a Receber		-	-	2.870	4.720
NÃO CIRCULANTE		**12.930**	**12.134**	**171.494**	**148.191**
Realizável a Longo Prazo		**12.930**	**12.134**	**49.853**	**31.196**
Partes Relacionadas	15	12.923	12.126	12.764	12.175
Impostos a Recuperar	7	-	-	33.657	15.937
Depósitos Judiciais	16	7	8	3.336	2.446
Outras Contas a Receber		-	-	96	638
Investimentos	8	**-**	**-**	**17.164**	**-**
Imobilizado	9	**-**	**-**	**104.278**	**116.818**
Intangível	9	**-**	**-**	**199**	**177**
TOTAL DO ATIVO		**22.069**	**28.327**	**202.797**	**213.192**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

P A S S I V O

	Notas	CONTROLADORA 2014	CONTROLADORA 2013	CONSOLIDADO 2014	CONSOLIDADO 2013
CIRCULANTE		**644**	**1.456**	**326.657**	**354.994**
Fornecedores	11	276	277	6.048	15.147
Instituições Financeiras	10	-	-	6.160	10.609
Títulos descontados	5	-	-	-	1.416
Faturamento antecipado	5	-	-	1.011	1.999
Impostos, Taxas e Contribuições	13	194	897	293.957	303.660
Impostos Diferidos	14	-	-	454	454
Salários a Pagar e Provisões	12	174	282	8.941	10.408
Adiantamentos de Clientes	5	-	-	4.012	4.141
Cheques a Compensar		-	-	32	1.179
Outras Contas a Pagar		-	-	6.042	5.981
NÃO CIRCULANTE		**264.098**	**275.787**	**119.064**	**107.371**
Provisão para Perdas em Investimentos	8	248.686	254.415	-	-
Instituições Financeiras	10	-	-	9.772	9.371
Impostos, Taxas e Contribuições	13	454	449	30.114	15.514
Impostos Diferidos	14	-	-	18.809	19.801
Partes Relacionadas	15	14.958	20.923	38.009	52.904
Provisão para Contingências	16	-	-	20.860	7.927
Outras Contas a Pagar		-	-	1.500	1.854
PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		**(242.673)**	**(248.916)**	**(242.924)**	**(249.173)**
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		**(242.673)**	**(248.916)**	**(242.673)**	**(248.916)**
Capital Social	19	120.108	120.108	120.108	120.108
Reserva de Reavaliação		3.666	3.666	3.666	3.666
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa		45.751	39.279	45.751	39.279
Prejuízos Acumulados		(410.206)	(409.977)	(410.206)	(409.977)
Outros Resultados Abrangentes		(1.992)	(1.992)	(1.992)	(1.992)
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-	(251)	(257)
TOTAL DO PASSIVO		**22.069**	**28.327**	**202.797**	**213.192**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	Notas	CONTROLADORA 2014	CONTROLADORA 2013	CONSOLIDADO 2014	CONSOLIDADO 2013
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		**-**	**-**	**187.170**	**225.096**
Custo dos Produtos Vendidos	22	-	-	(146.859)	(183.242)
LUCRO BRUTO		**-**	**-**	**40.311**	**41.854**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		**(2.741)**	**(57.528)**	**(5.999)**	**(32.951)**
De Administração	22	(421)	(953)	(7.512)	(7.826)
De Vendas	22	-	-	(9.787)	(20.254)
Outras Receitas Operacionais	23	444	1	39.499	2.821
Outras Despesas Operacionais	23	(97)	(58)	(28.199)	(7.692)
Resultado da Equivalência Patrimonial	8	(2.667)	(56.518)	-	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**(2.741)**	**(57.528)**	**34.312**	**8.903**
Despesas Financeiras	24	(83)	(163)	(39.368)	(34.014)
Receitas Financeiras	24	709	756	5.635	2.592
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		**(2.115)**	**(56.935)**	**579**	**(22.519)**
Contribuição Social Corrente		(14)	-	(15)	-
Imposto de Renda Corrente		(23)	-	(24)	-
Contribuição Social Diferida	7	-	-	(713)	(9.240)
Imposto de Renda Diferido	7	-	-	(1.982)	(25.232)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(2.152)**	**(56.935)**	**(2.155)**	**(56.991)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	(3)	(56)
Participação dos Acionistas Controladores		-	-	(2.152)	(56.935)
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(2.152)**	**(56.935)**	**(2.155)**	**(56.991)**
Prejuízo por Ação (Básico e Diluído) - R$	25	**(0,00303)**	**(0,08019)**	**(0,00303)**	**(0,08019)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo Líquido Do Exercício	**(2.152)**	**(56.935)**	**(2.152)**	**(56.935)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	7.268	6.891
Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	-	-	311	(255)
Encargos Financeiros s/Empréstimos	-	-	2.115	2.331
Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-	-	(992)	(755)
Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	708	30
Atualização de Passivos Tributários	-	-	17.350	7.733
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.667	56.518	-	-
Participação de Minoritários	-	-	(3)	(56)
Variação Provisão para Contingências	-	-	12.974	-
Variações nos ativos e passivos				
Variação Clientes	-	-	4.847	13.135
Variação Estoques	-	-	3.552	7.514
Variação Adiantamentos a Fornecedores	-	-	3.530	(989)
Variação Impostos a Recuperar	-	-	(14.503)	37.286
Variação Outras Contas a Receber	-	-	2.392	322
Variação Depósitos Judiciais	1	(1)	(890)	(745)
Variação Fornecedores	(1)	(2)	(9.099)	(17.576)
Variação Faturamento antecipado	-	-	(988)	(2.107)
Variação Impostos, Taxas e Contribuições	(698)	(37)	(12.453)	19.651
Variação Salários a Pagar e Provisões	(108)	180	(1.467)	1.913
Variação Adiantamentos de Clientes	-	-	(128)	(2.203)
Variação Provisão para Contingências	-	-	(41)	(299)
Variação Outras Contas a Pagar	-	-	(293)	(10.528)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(291)**	**(277)**	**12.038**	**4.358**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(4.190)	(2.673)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(28)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	-	**(4.218)**	**(2.673)**
Fluxos de caixa das atividade de Financiamentos				
Variação Instituições Financeiras	-	-	(6.163)	(7.327)
Variação Cheques a Compensar	-	-	(1.148)	(2.152)
Variação Títulos descontados	-	-	(1.416)	155
Variação Partes Relacionadas	291	276	708	7.771
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**291**	**276**	**(8.019)**	**(1.553)**
Aumento de caixa e equivalente de caixa	**-**	**(1)**	**(199)**	**132**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1	2	477	345
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1	1	278	477

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA REAVALIAÇÃO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXA	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**120.108**	**3.666**	**40.763**	**(354.526)**	**(1.907)**	**(191.896)**	**(194)**	**(192.090)**
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(1.484)	1.484	(85)	**(85)**	-	**(85)**
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(56.935)	-	**(56.935)**	(63)	**(56.998)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**120.108**	**3.666**	**39.279**	**(409.977)**	**(1.992)**	**(248.916)**	**(257)**	**(249.173)**
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(1.923)	1.923	-	**-**	-	**-**
Mais valia reflexa sobre Propriedades para Investimento de controlada	-	-	8.395	-	-	**8.395**	-	**8.395**
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(2.152)	-	**(2.152)**	6	**(2.146)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**120.108**	**3.666**	**45.751**	**(410.206)**	**(1.992)**	**(242.673)**	**(251)**	**(242.924)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
RECEITAS	**49**	**-**	**202.263**	**239.679**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	197.163	238.052
Outras receitas	49	-	5.411	1.386
Provisão / Reversão para créditos liquidação duvidosa	-	-	(311)	241
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(317)**	**(418)**	**(112.488)**	**(148.568)**
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(53.825)	(100.309)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(317)	(418)	(58.663)	(48.259)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(268)**	**(418)**	**89.775**	**91.111**
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**-**	**-**	**(7.215)**	**(6.891)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**(268)**	**(418)**	**82.560**	**84.220**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**308**	**(55.297)**	**44.313**	**12.183**
Resultado de equivalência patrimonial	(2.667)	(56.518)	-	-
Receitas Financeiras	2.686	1.220	7.134	10.750
Outras	289	1	37.179	1.433
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**40**	**(55.715)**	**126.873**	**96.403**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**40**	**(55.715)**	**126.873**	**96.403**
Remuneração do Trabalho	**157**	**524**	**66.165**	**62.891**
Remuneração direta	150	520	51.670	49.200
Benefícios	7	4	9.750	8.960
FGTS	-	-	4.745	4.731
Remuneração do Governo	**82**	**61**	**18.113**	**47.752**
Federais	82	5	12.174	41.045
Estaduais	-	56	5.939	6.707
Remuneração Capitais de Terceiros	**1.953**	**635**	**44.750**	**42.751**
Juros	1.941	627	43.945	42.018
Outros	12	8	805	733
Remuneração de capitais próprios	**(2.152)**	**(56.935)**	**(2.155)**	**(56.991)**
Prejuízo do exercício	(2.152)	(56.935)	(2.152)	(56.935)
Participações de minoritários	-	-	(3)	(56)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Minupar Participações S/A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados a base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na Europa, Ásia, África e América Central.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 20 de janeiro de 2015, a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Para fins de melhor apresentação, foram efetuadas no Passivo Circulante e na Demonstração de Resultado, comparativos, as seguintes reclassificações:

Controladora

Do Grupo	Para o Grupo	Valor
Despesas Financeiras	Receitas Financeiras	464

Consolidado

Do Grupo	Para o Grupo	Valor
Fornecedores	Outras Contas a Pagar	2.126
Despesas de Administração	Outras Despesas Operacionais	505
Despesas Financeiras	Receitas Financeiras	8.158

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM n° 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2014, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM n° 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM n° 564/08.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:
(a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Liquida consolidada:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Mercado Interno	Exportação	Total	Mercado Interno	Exportação	Total
Receita bruta de produtos e serviços	**154.056**	**46.074**	**200.130**	**136.051**	**110.384**	**246.435**
(-) Impostos	(10.017)	-	(10.017)	(12.986)	-	(12.986)
(-) Devoluções	(1.342)	(1.601)	(2.943)	(1.194)	(7.159)	(8.353)
Receita líquida de produtos e serviços	**142.697**	**44.473**	**187.170**	**121.871**	**103.225**	**225.096**

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "*Impairment*" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	-	-	4	7
Bancos - conta corrente	1	1	274	470
Total	**1**	**1**	**278**	**477**

NOTA 05 - CLIENTES – CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Mercado interno	15.244	6.379
Mercado externo	3.973	17.684
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(522)	(210)
Subtotal	**18.695**	**23.853**
(-) Faturamentos antecipados	(1.011)	(1.999)
(-) Adiantamentos de clientes	(4.012)	(4.140)
(-) Títulos descontados	-	(1.416)
Clientes a receber, líquido	**13.672**	**16.298**

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em

consonância com as regras fiscais. Os saldos de faturamento antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 – ESTOQUES - CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Produtos prontos	347	1.201
Produtos em elaboração	14	1.525
Matérias Primas	952	922
Materiais de embalagem	653	921
Materiais de manutenção	1.221	990
Subtotal	**3.187**	**5.559**
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	628	1.808
Total	**3.815**	**7.367**

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR – CONSOLIDADO

Circulante	31/12/2014	31/12/2013
IRRF a recuperar	-	2
IRPJ a recuperar	656	602
CSLL a recuperar	237	218
PIS e COFINS a recuperar	302	832
ICMS a recuperar	3.844	5.204
ICMS a recuperar - Imobilizado	108	1.496
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	10
Total	**5.147**	**8.364**

Não Circulante	Ref.	31/12/2014	31/12/2013
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	33.617	13.076
IRPJ Diferido	b)	-	1.982
CSLL Diferido	b)	-	713
ICMS a Recuperar - Imobilizado		40	166
Total		**33.657**	**15.937**

a) Crédito Prêmio IPI – Controlada Indireta

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, cujo detalhamento está na Nota Explicativa nº 17.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido – Controlada Indireta

Conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta reverteu os valores referentes a tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

a) Participações Societárias - Individual

Em 31/12/2014 a Companhia é controladora direta das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,99%	99,99%	
Saldo do investimento em 31/12/2013	**-**	**-**	**-**
- Reversão Provisão para Perdas	(186.800)	(67.615)	**(254.415)**
+/- Equivalência Patrimonial	(1.971)	(696)	**(2.667)**
+ Partic. Reflexa em Avaliação de Prop. p/Investimento de Controlada	6.158	2.237	**8.395**
+ Provisão para Perdas	(182.613)	(66.073)	**(248.686)**
Saldo do investimento em 31/12/2014	**-**	**-**	**-**

b) Propriedades para investimento - Consolidado

Grupos	31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	6.640	-	6.640
Prédios	17.660	(7.136)	10.524
Total	**24.300**	**(7.136)**	**17.164**

Conforme as Deliberações CVM nº 584/09 e 619/09, a controlada indireta efetuou a valorização de suas propriedades para investimento, tendo por base a avaliação de avaliador independente, cujos efeitos foram os seguintes:

Grupos	Valor		
	Residual	Laudo	Variação
Terrenos	4.943	6.497	1.554

Prédios	3.852	9.910	6.058
Total	**8.795**	**16.407**	**7.612**

A movimentação das propriedades para investimento está demonstrada na nota explicativa do imobilizado e intangível.

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.695	-	16.695	21.638
Prédios	2,50%	72.570	(16.874)	55.696	58.471
Máquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	50.848	(22.154)	28.694	30.334
Móveis e utensílios	8,33%	3.845	(1.638)	2.207	2.527
Computadores e periféricos	33,33%	615	(465)	150	160
Veículos	20,00%	631	(402)	229	304
Imobilizações em andamento	-	603	-	603	3.379
Outros	-	13	(9)	4	5
Subtotal imobilizado		**145.820**	**(41.542)**	**104.278**	**116.818**
Intangível		323	(124)	199	177
Total		**146.143**	**(41.666)**	**104.477**	**116.995**

A movimentação dos ativos propriedade para investimentos, imobilizado e intangível apresentam-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em 31/12/2014
Terrenos	21.638	-	-	(4.943)	-	16.695
Prédios	58.471	1.271	-	(1.953)	(2.093)	55.696
Máquinas e equipamentos	30.334	2.126	(525)	987	(4.228)	28.694
Móveis e utensílios	2.527	338	(87)	(36)	(535)	2.207
Computadores e periféricos	160	70	(2)	3	(81)	150
Veículos	304	108	(58)	(5)	(120)	229
Imobilizações em andamento	3.379	277	(35)	(3.018)	-	603
Outros	5	-	(1)	1	(1)	4
Subtotal imobilizado	**116.818**	**4.190**	**(708)**	**(8.964)**	**(7.058)**	**104.278**
Intangível	**177**	28	-	-	(6)	**199**
Subtotal intangível	**177**	**28**	**-**	**-**	**(6)**	**199**
Propriedade para Investimento	**-**	8.404	-	8.964	(204)	**17.164**
Subtotal Prop. para Investimento	**-**	**8.404**	**-**	**8.964**	**(204)**	**17.164**
Total	**116.995**	**12.622**	**(708)**	**-**	**(7.268)**	**121.641**

A depreciação/amortização foi distribuída nas seguintes contas:

	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos e serviços vendidos	6.968	6.640
Despesas administrativas	242	239
Despesas com vendas	6	12
Total	**7.216**	**6.891**

Ao final do período há um total de R$ 56, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	56

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

				31/12/2014	
Descrição	**Refer.**	**Encargos**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jan a Mai/15	3.092	-
Acordos Bancários	b)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	342	3.076
Arrendamento Mercantil		-	-	10	26
Banrisul - Consórcio		-	-	64	319
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	jun/16	2.541	6.351
Limites de Crédito		-	-	111	-
Totais				**6.160**	**9.772**

				31/12/2013	
Descrição	**Refer.**	**Encargos**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**
Banrisul S/A – ACC		USD + 6% a.a.	Jan/14 a jun/14	3.756	-
Banrisul S/A – CCI	a)	CDI+6,17% a.a.	dez/14	3.570	-
Bic Banco - Giro		-	jan/14	43	-
Acordos Bancários	b)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	427	3.848
Arrendamento Mercantil		-	-	10	36
Banrisul - Consórcio		-	-	15	15
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	2.189	5.472
Limites de Crédito		-	-	599	-
Totais				**10.609**	**9.371**

Legenda:

a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;

b) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

c) A operação Badesul S/A - Reaver possui garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

NOTA 11 - FORNECEDORES – CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores Nacionais	6.064	15.165
(-) AVP - Fornecedores	(16)	(18)
Total	**6.048**	**15.147**

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, através do arbitramento de uma taxa média de 0,72% ao mês para os períodos acima demonstrados.

NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de férias	-	-	6.133	6.013
Salários / Pró-labore a pagar	174	282	1.935	3.206
Rescisões a pagar	-	-	11	5
Outras obrigações a pagar	-	-	862	1.184
Total	**174**	**282**	**8.941**	**10.408**

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Circulante – Controladora

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos retidos sobre serviços	-	327
IRRF a recolher	-	276
IRPJ/CSLL a recolher	3	-
FGTS a recolher	29	28
INSS a recolher	3	41
Subtotal	**35**	**672**
Parcelamento Lei 11.941/2009	141	141
INSS	-	84
Parcelamento Lei 12.996/14	18	-
Subtotal	**159**	**225**
Total	**194**	**897**

b) Circulante – Consolidado

	Ref.	31/12/2014	31/12/2013
ICMS a recolher		1.672	1.689
Impostos retidos sobre serviços		1.096	1.136
IRRF a recolher		3.723	515
IRPJ/CSLL a Recolher		99.149	958
FGTS a recolher		488	436
INSS a recolher		147.111	29.388
PIS e COFINS a recolher		34.359	2.132
Funrural a recolher		79	82
Outros Impostos a Recolher		659	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento		1.123	1.049
Subtotal		**289.459**	**37.385**
Parcelamento Lei 11.941/2009	i)	141	262.548
Parcelamento Lei 12.996/2014		1.220	**-**
ICMS – RS		30	30
ICMS - SP		563	517
ICMS – SC		1.103	1.009
FGTS		758	1.024
SESI/SENAI		393	363
IPTU		12	20
INSS		278	764
Subtotal		**4.498**	**266.275**
Total		**293.957**	**303.660**

i) Em virtude da exclusão, da controlada indireta, do parcelamento da Lei 11.941/2009, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, em 2014 a controlada efetuou a reclassificação dos débitos excluídos para as contas contábeis de origem dos respectivos tributos.

c) Não Circulante – Controladora

	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento Lei 11.941/2009	213	328
INSS	-	121
Parcelamento Lei 12.996/14	241	**-**
Total	**454**	**449**

d) Não Circulante – Consolidado

	31/12/2014	31/12/2013
Parcelamento Lei 11.941/2009 – Controladora	213	328
Parcelamento Lei 12.996/14	16.977	**-**
ICMS – RS	58	83
ICMS - SP	1.678	1.929

ICMS – SC	3.080	3.813
FGTS	7.322	7.530
SESI/SENAI	786	1.076
INSS	-	755
Total	**30.114**	**15.514**

NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334	13.830	14.560
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120	4.979	5.241
Total	**454**	**454**	**18.809**	**19.801**

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, de suas controladas diretas e de sua controlada indireta foram fixadas em AGO's realizadas em 11 de abril de 2014 da seguinte forma: a) Minupar – em até R$ 700 mil; b) Sulaves – em até R$ 500; c) Valepar – em até R$ 500, e; d) Minuano – em até R$ 900 mil. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante 2014.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	148	148
Diretoria Executiva	19	365

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Circulante	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	-	16.189
Le Monde Particip. e Adm. Ltda	-	3
Subtotal	**-**	**16.192**
Ativo Não Circulante		
Agostinho Carrer Partic. Ltda	12.405	11.608
SSJ Participações e Represent. Ltda	-	243
Acionistas e Outros	359	324
Subtotal	**12.764**	**12.175**
Total	**12.764**	**28.367**

Passivo Não Circulante	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	-	16.267
Le Monde Particip e Adm Ltda	-	170
SSJ Participações e Represent. Ltda	-	1.695

Serra do Roncador Part. Ltda	28.387	27.014
Acionistas e Outros	9.622	7.758
Total	**38.009**	**52.904**

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para Contingencia				Depósitos Judiciais			
Saldo em	**Trabalhista**	**Cível**	**Tributária**	**Total**	**Trabalhista**	**Cível**	**Tributária**	**Total**
31/12/2013	**1.907**	**5.739**	**281**	**7.927**	**2.135**	**310**	**1**	**2.446**
Movimentação (Adições-Baixas)	2.172	10.761	-	**12.933**	1.183	(293)	-	**890**
31/12/2014	**4.079**	**16.500**	**281**	**20.860**	**3.318**	**17**	**1**	**3.336**

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na Companhia e em suas controladas totalizam R$ 95.556 mil (R$ 239.929 mil em 31/12/2013), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R$ 33.617 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei

11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, consequentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Industria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

NOTA 18 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/09 e nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/09 e 12.996/14, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na Lei nº 13.043/14. Com a adesão à MP 470/09 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao Crédito Prêmio IPI – Exportação.

a) Medida Provisória nº 470/09

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de "principal" dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/09	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	**-**

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R$ 31.072 mil. O referido montante está incluso no montante de causas possíveis quantificados e apresentado na Nota Explicativa nº 16.

b) Lei nº 11.941/09

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia teve a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.

c) Lei nº 12.996/14

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei n° 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	**497**	**76.297**	**76.794**
(-) Reduções da Lei 12.996/2014	(138)	(23.310)	(23.448)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(91)	(25.087)	(25.178)
(=) Total líquido do passivo tributário aderido	**268**	**27.900**	**28.168**

d) Lei nº 13.043/14

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/14, convertida na Lei nº 13.043/14.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de

Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	**152**	**507**	**659**
(-) Pagamentos da Lei 13.043/14	(46)	(152)	**(198)**
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(106)	(355)	**(461)**
(=) Total	**-**	**-**	**-**

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R$ 120.108 mil representado por 710.010.000 (setecentos e dez milhões, e dez mil) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorridas nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Incêndio, Raio e Explosão	39.601	38.800
Tumultos, Greves e Lock-Out	3.000	-

Vendaval e Granizo	8.100	7.050
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	6.800	11.300
Alagamentos e Inundação	1.200	-
Lucros Cessantes	6.000	6.600
Estoques	1.000	1.000

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 24% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção *(hedge)* de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

	31/12/2014		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	37.165	2	-
Materiais de embalagem	6.388	-	-
Salários incorridos	43.069	649	3.281
Encargos sociais incorridos	10.566	152	709
Férias e 13º salário incorridos	4.830	86	247
Benefícios a empregados	9.373	87	255
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	1.161	-	70
Equipamento de proteção individual	1.162	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	7.486	681	1.466
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.371	28	46
Energia elétrica	9.070	-	50
Materiais de limpeza	303	-	19
Telefonia e transmissão de dados	97	106	77
Combustíveis e lubrificantes	2.161	105	25
Comissões sobre vendas	-	326	-
Viagens e estadias	32	29	97
Taxas e encargos legais	237	12	53
Armazenagem e movimentação de mercadorias	8	168	-
Fretes rodoviários e marítimos	268	4.611	13
Custos aduaneiros de exportação	1	1.648	-
Publicidade e propaganda	4	501	120
Análises laboratoriais	610	79	-
Provisões para contingencias/PCLD	-	311	-
Depreciações	6.968	6	242
Locações/Aluguéis	785	-	22
Abatimentos concedidos sobre vendas	4	147	-
Seguros	265	4	61
Outros gastos	475	49	659
Total	**146.859**	**9.787**	**7.512**

	31/12/2013		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	77.018	1	-
Materiais de embalagem	9.938	-	-
Salários incorridos	39.957	686	3.290
Encargos sociais incorridos	9.341	189	588
Férias e 13º salário incorrido	4.568	76	302
Benefícios a empregados	8.460	87	220
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	1.182	16	-
Equipamento de proteção individual	1.037	1	1

Serviços 3º/ Industrialização 3º	5.959	805	1.291
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.269	22	28
Energia elétrica	7.836	-	55
Materiais de limpeza	307	4	39
Telefonia e transmissão de dados	116	112	95
Combustíveis e lubrificantes	2.082	77	59
Comissões sobre vendas	-	605	7
Viagens e estadias	71	54	58
Taxas e encargos legais	268	53	46
Armazenagem e movimentação de mercadorias	29	2.520	-
Fretes rodoviários e marítimos	2.248	11.375	27
Custos aduaneiros de exportação	8	3.239	-
Publicidade e propaganda	2	240	57
Análises laboratoriais	728	-	-
Depreciações	6.640	12	239
Locações/Aluguéis	542	1	21
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	20	-
Seguros	308	1	155
Outros gastos	328	58	1.248
Total	**183.242**	**20.254**	**7.826**

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Encargos incorridos em passivos fiscais	(4.481)	(1.140)
Despesas gerais incorridas	(9.371)	(5.702)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(447)	(40)
Provisão para contingências	(12.974)	0
Reversão de Créditos Tributários	(430)	(87)
Encargos Parcelamento FGTS	(496)	(723)
Outras Despesas Operacionais	**(28.199)**	**(7.692)**
Créditos tributários	2.863	1.184
Receitas gerais auferidas	3.511	1.539
Receita de venda de imobilizado	640	53
Recuperação de Despesa	65	45
Benefício Tributário Lei 12.996/2014	32.420	-
Outras Receitas Operacionais	**39.499**	**2.821**
Resultado líquido	**11.300**	**(4.871)**

NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	31/12/2014	31/12/2013
Variações cambiais ativas	507	816
Descontos financeiros obtidos	300	445
Juros ativos sobre impostos	4.056	570
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	709	756
Outras receitas financeiras	63	5
Receitas financeiras	**5.635**	**2.592**
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.115)	(2.331)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(846)	(2.972)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(11.407)	(13.442)
Descontos financeiros concedidos	(684)	(1.551)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(7.622)	(6.008)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(15.086)	(4.148)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(1.260)	(2.831)
Outras despesas financeiras	(348)	(731)
Despesas Financeiras	**(39.368)**	**(34.014)**
Resultado financeiro líquido	**(33.733)**	**(31.422)**

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
b) Frigorífico – Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	**66.479**	**59.302**	**133.651**	**187.133**	**-**	**-**	**200.130**	**246.435**
Impostos e devoluções	(9.839)	(8.534)	(3.121)	(12.805)	-	-	(12.960)	(21.339)
RECEITA LÍQUIDA	**56.640**	**50.768**	**130.530**	**174.328**	**-**	**-**	**187.170**	**225.096**
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(43.686)	(39.509)	(103.173)	(143.733)	-	-	(146.859)	(183.242)
LUCRO BRUTO	**12.954**	**11.259**	**27.357**	**30.595**	**-**	**-**	**40.311**	**41.854**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas	-	-	-	-	(7.512)	(7.826)	(7.512)	(7.826)
Despesas com vendas	(7.698)	(7.349)	(2.089)	(12.905)	-	-	(9.787)	(20.254)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	39.499	2.821	39.499	2.821
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(28.199)	(7.692)	(28.199)	(7.692)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	**5.256**	**3.910**	**25.268**	**17.690**	**3.788**	**(12.697)**	**34.312**	**8.903**
Despesas financeiras	-	-	-	-	(39.368)	(34.014)	(39.368)	(34.014)
Receitas financeiras	-	-	-	-	5.635	2.592	5.635	2.592
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**5.256**	**3.910**	**25.268**	**17.690**	**(29.945)**	**(44.119)**	**579**	**(22.519)**
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(39)	-	(39)	-
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	(2.695)	(34.472)	(2.695)	(34.472)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**5.256**	**3.910**	**25.268**	**17.690**	**(32.679)**	**(78.591)**	**(2.155)**	**(56.991)**
Atribuído a Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	(3)	(56)
Atribuído a Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	(2.152)	(56.935)

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, em milhares de reais, acumulado no período.

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

Quantidade de Ações em 31/12/2014	**710.010**
Resultado do exercício	(2.155)
Resultado por ação básico e diluído	(0,00303)

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

A Companhia e suas controladas não possuem conselho fiscal.

Anexo V – Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481)

Não se aplica em virtude de Companhia ter registrado prejuízos nos últimos 3 anos.

Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

De acordo com o disposto no art. 9º da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia deve fornecer até um mês antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Em atendimento a Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, reportamos os comentários dos administradores conforme item 10 da mesma instrução.

1) Comentário dos Administradores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Receita Líquida obtida no ano de 2014 sofreu uma redução de 16,8%, quando comparada ao ano de 2013. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R$ 187,2 milhões, sendo que no ano de 2013, este valor fora de R$ 225,1 milhões. Esta redução, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada ao encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização, principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros

As despesas com vendas representam 5,2% sobre a receita líquida (em 2013, 9,0%), essa redução está relacionada à redução da comercialização da linha de carne de aves in natura nos mercados interno e externo.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2014 em R$ 0,3 milhões em relação ao mesmo período de 2013, passando de R$ 7,8 milhões em 2013 para R$ 7,5 milhões, equivalentes a 3,5% e 4,0% respectivamente, da receita operacional líquida.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) Hipótese de resgate

Não se aplica.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O EBITDA consolidado da Minupar nos anos de 2014 e 2013 foi respectivamente, de R$ 30,3 milhões ou 16,2% da receita líquida e R$ 20,7 milhões ou 9,2% da receita líquida, representando uma melhora de 7,0p.p. em 2014. A melhoria de performance está relacionada principalmente a: a) redução do volume de carne de aves pelo encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios que eram

realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS) e que gerava resultados negativos para a Companhia. Essa unidade industrial passou a prestar serviços de abate e industrialização de carne de aves para terceiros, contribuindo então, na geração de caixa, e, b) redução das despesas administrativas e comerciais, conforme exposto no comentário do desempenho operacional consolidado deste relatório.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques vinculados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs e operações de créditos bancários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes
Conforme demonstrado no item "ii".

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

				31/12/2014	
Descrição	**Refer.**	**Encargos**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jan a Mai/15	3.092	-
Acordos Bancários	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	342	3.076
Arrendamento Mercantil		-	-	10	26
Banrisul - Consórcio		-	-	64	319
Badesul S/A - Reaver	b)	TJLP+6,5% a.a.	jun/16	2.541	6.351
Limites de Crédito		-	-	111	-
Totais				**6.160**	**9.772**

Legenda:

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.
b) A operação Badesul S/A - Reaver possui garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.2. Comentários dos Administradores

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Receita Líquida obtida no ano de 2014 sofreu uma redução de 16,8%, quando comparada ao ano de 2013. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R$ 187,2 milhões, sendo que no ano de 2013, este valor fora de R$ 225,1 milhões. Esta redução, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada ao encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização, principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros.

A Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou ao final do ano de 2014 R$ 187.170 mil (R$ 225.096 mil, em 2013) correspondendo a uma redução aproximada de 16,85%, quando comparado com 2013. Quando abertas por mercado (Interno e Externo) as vendas no mercado interno totalizaram em 2014 R$ 142.697 mil (R$ 121.871 mil, em 2013), correspondente a um aumento aproximado de 17,09%, quando comparado com 2013 e ocorreram principalmente nos Estados da região sul do Brasil. Já as vendas para o mercado externo totalizaram em 2014 R$ 44.473 mil (R$ 103.225 mil em 2013) representando uma redução aproximada de 56,92%, quando comparado com 2013 e ocorreram para Países localizados na Europa, Ásia, África e América Central.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Houve o encerramento, pela Companhia Minuano, dos abates próprios de aves que eram realizados na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS), onde os produtos eram destinados à comercialização, principalmente no mercado externo. Essa unidade, no decorrer do ano de 2014, passou a prestar serviços de abate e industrialização para terceiros.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nada a comentar

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A seguir, segue demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013	2012
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	200.130	246.435	332.747
Lucro Bruto Consolidado	40.311	41.854	17.171
Resultado Operacional Consolidado	34.312	8.903	(226.063)
EBITDA Consolidado	30,3	20,7	(23,6)
Prejuízo por Ação	(0,0030)	(0,0802)	(0,3253)

1.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nada a destacar**.**

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

1.4. Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houveram mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia durante o ano.

a.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

a.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

a.3 Mudanças em Políticas Contábeis

Não houveram mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia e/ou suas controladas durante o ano.

c. Ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor

Com base no Relatório dos Auditores Independentes, não houveram ressalvas e as ênfases apresentadas são as seguintes:

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R$ 33.617 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990 nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2014 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

1.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as práticas contábeis

adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

1) Provisões de natureza trabalhista,
2) Provisão para contingências,
3) Provisão para devedores duvidosos,
4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

b) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

d) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

e) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

f) Investimentos

f1) Participações Societárias
Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

f2) Propriedades para Investimento
As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

g) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM n° 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2014, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

h) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM n° 644/10.

i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é

estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

j) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

k) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

l) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM n° 564/08.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

n) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços – Consolidado

A receita é reconhecida:
(a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

o) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

p) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "*Impairment*" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

1.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Companhia e suas controladas, buscam manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

As verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não identificaram falhas relevantes que possam comprometer a segurança dos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não consta no relatório do auditor independente deficiências, tampouco recomendações sobre os controles internos da Companhia e de suas controladas.

1.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

1.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

1.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2014 os investimentos realizados pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R$ 4.218 mil (R$ 2.673 mil em 2013). Dentre os principais investimentos, citamos os vinculados a equipamentos para produção de industrializados de frango, melhorias nos processos industriais das demais unidades, e equipamentos para otimização e adequação das Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) das unidades.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento dos investimentos são os fornecedores da Controlada Indireta.

iii. Dos investimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

1.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar

Anexo VII – Currículo dos Candidatos e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

12.6 – Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar:

Órgão: Conselho de Administração:

Nome	Marcelo Tozzo Alfredo	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Chao En Ming	Cynthia Christina da Silva Vello	Welinton dos Reis Balderrama
Idade	45	67	57	40	60
Profissão	Engenheiro Químico	Contador	Médico	Administradora de Empresas	Advogado
CPF	735.298.779-72	018.019.450-04	019.210.358-03	104.434.508-03	644.330.058-00
Cargo eletivo ocupado	Presidente	Vice-Presidente	Conselheiro	Conselheira	Conselheiro
Data da Eleição	11/04/2014	11/04/2014	11/04/2014	11/04/2014	11/04/2014
Data da Posse	11/04/2014	11/04/2014	11/04/2014	11/04/2014	11/04/2014
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2015	1 ano Até AGO 2015	1 ano Até AGO 2015	1 ano Até AGO 2015	1 ano Até AGO 2015
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	Diretor Presidente	N/A	N/A	N/A	N/A
Eleito Pelo Controlador?	Não	Não	Não	Não	Não

Eventuais alterações dos candidatos poderão ocorrer até o momento da realização da Assembleia.

12.7 – Não se aplica.

12.8.a – Currículos

1. Marcelo Tozzo Alfredo

Formação acadêmica

Graduação em Engenharia Química – Universidade Estadual de Maringá/PR - 1993
Especialização em Qualidade e Produtividade – FAE / CDE – Curitiba/PR - 1997
Especialização em Marketing – Universidade Estadual de Ponta Grossa / PR - 1999
Mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial – UNIDERP/Campo Grande/MS - 2006

Histórico profissional

Minupar Participações S/A – Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração (abr 2014 – atual)
Companhia Minuano de Alimentos – Diretor Presidente (mai 2013 – atual).
Companhia Minuano de Alimentos – Diretoria Industrial – Abatedouro aves de corte, abatedouro griller, planta de industrializados, incubatório, fábrica de rações e granjas (set 2012 – abril 2013).

Companhia Minuano de Alimentos – Gerência Industrial Abatedouro de Aves – Unidade de Lajeado; abate e cortes de 170.000 aves/dia. Planta habilitada para Europa (2008 – set 2012).
Eleva S/A (Avipal) – Gerência Industrial Abatedouro de Suínos – Unidade Lajeado/RS; abate e desossa de 1500 suínos/dia e produção de 100 ton/dia de industrializados. Planta habilitada p/ Rússia, Singapura e Lista Geral (2006, 2007 e 2008).
Eleva S/A (Avipal) – Gerência Industrial Abatedouro terceirizado – Unidade Mato Castelhano e Júlio de Castilhos/RS; abate e desossa de 1300 suínos/dia Planta habilitada para Rússia e Lista Geral (2006, 2007 e 2008).
Eleva S/A (Avipal) - Gerência Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos (2005, 2006, 2007 e 2008).
Eleva S/A (Avipal) – Gerência Industrial Abatedouro de Aves – Unidade Dourados/MS; abate p/ griller de 140.000 frangos/dia. Planta habilitada para Lista Geral e Arábia Saudita estava sendo preparada para Europa (2003 e 2004).
Batavo S/A e Perdigão S/A – Gerência Industrial (suínos, industrializados, aves e perus) – Unidade de Carambeí/PR; abate e desossa de 1.000 suínos/dia, produção de 100 ton/dia de industrializados, abate de 180.000 frangos/dia para griller, abate e corte de 25.000 perus/dia. Plantas de fgo e perus habilitadas para Europa e de suínos para Rússia e Lista Geral (2001, 2002 e 2003).
Batavo S/A e Perdigão S/A – Gerência de produção suínos e industrializados – Unidade de Carambeí/PR; abate e desossa de 1.000 suínos/dia e produção de 100 ton/dia de industrializados (1999, 2000 e 2001).
Batavo S/A – Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos – Unidade de Carambeí/PR (1998 e 1999).

2. Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger

Formação Acadêmica:

Bacharel em Ciências Contábeis, com especialização em agroindústria
Participação em cursos e seminários focados na criação e industrialização de aves e suínos**.**

Histórico Profissional:

Companhia Minuano de Alimentos:
De 01/03/1964 a 01/08/1977 - Auxiliar Administrativo
De 02/08/1977 a 30/04/1997 - Diretor com atuação nas áreas de produção de rações, ovos férteis, pintos de um dia, logística de frota de veículos, suprimentos
De 01/07/2008 a 31/08/2012 - Diretor
De 03/12/1984 a 30/04/1997 - Conselho de Administração

Minupar Participações S/A. (Companhia Aberta)
De 14/07/1990 a 11/08/2006 - Diretor
De 30/04/1997 a 25.08.2011 - Presidente do Conselho de Administração
De 25.08.2011 a atual - Vice Presidente do Conselho de Administração

Frigumz Alimentos S/A.
De 25/03/1994 a 29/11/2007 - Diretor

3. Chao En Ming

Formação Acadêmica:

Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté
Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva.

Histórico Profissional:

Solidez Corretora de Cambio e Valores Mobiliários - Diretor Administrativo-Financeiro - De 1992 a atual
Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração - De 11.04.2014 a atual

4. Cynthia Cristina da Silva Vello

Formação Acadêmica:

Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Bandeirantes –2003

Histórico Profissional

Solidez Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários - Gerente da área de Controles Internos/Compliance - De 1998 a atual
Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração - De 11.04.2014 a atual

5. Welinton dos Reis Balderrama

Formação Acadêmica:

Bacharel em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos – Conclusão: 2001

Histórico Profissional

Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A – Diretor - abril/1.983
Isoldi S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Departamento de Operações Novembro/1995
Balderrama, Perez Advogados – Especialização em Mercado de Capitais - De 07/2005 a atual
Minupar Participações S/A - Conselho de Administração De 11.04.2014 a atual

12.8.b – Descrição de qualquer dos seguintes eventos ocorridos durante os últimos 5 anos:

Nome	Condenação criminal	Condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas	Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
Marcelo Tozzo Alfredo	Não	Não	Não
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Sim, com recurso pendente de julgamento, sem trânsito em julgado.	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não
Chao En Ming	Não	Não	Não
Cynthia Cristina da Silva Vello	Não	Não	Não
Welinton dos Reis Balderrama	Não	Não	Não

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

a. Não existe nenhuma relação entre administradores do emissor referidos nos itens “a” e “b”.

12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Não ocorreu nenhuma das hipóteses dos itens “a” e “b”.

Anexo VIII - Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Remuneração dos Administradores
De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 e no § 2º do art. 17 do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Nesse sentido, será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2015, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R$ 700.000,00 (setecentos mil reais). O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

De acordo com o disposto no art. 12, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, sempre que a Assembleia Geral for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, aprovado na Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, as quais estão descritas a seguir:

a - Práticas de Remuneração
As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária e na Lei 6.404/76.

Os honorários anuais do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em 13 (treze) parcelas, sendo 2 (duas) pagas no mês de dezembro.

Anualmente, os honorários fixos são reajustados de acordo com parâmetros de inflação e, quando necessário, são procedidos alinhamentos a valores de mercado, baseados em pesquisa específica.

b – Remuneração reconhecida no resultado da Companhia - honorários (em milhares de reais)

Órgão: Conselho de Administração

Anos	2014
Membros	6
Valor (em milhares de reais)	169

Órgão: Diretoria Executiva

Anos	2014
Membros	2
Valor (em milhares de reais)	19

Remuneração prevista para o exercício de 2015
Órgão, Nº de membros e Honorários

Orgãos	Membros	Remuneração
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	6	R$ 700.000,00

c – Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, emitidas pela Companhia ou por sociedades controladas, por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em 31 de dezembro de 2014.

Companhia (Minupar Participações S/A.)
Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	97.542.517
Diretoria Estatutária	1.000

d – Percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos Controladores

Órgão: Conselho de Administração

Anos	2014
Membros	1
%	13%

Órgão: Diretoria Estatutária

Anos	2014
Membros	-
%	-

e - Valores reconhecidos no resultado de controladas (em milhares de reais)
Os valores reconhecidos no resultado de controladas, demonstrado nas tabelas abaixo, referem-se à remuneração de membros de suas Diretorias.

	Minuano	Valepar	Sulaves
Ano	2014	2014	2014
Membros	2	2	2
Valor (em milhares de reais)	344	750	750